



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

NUBIA MIRANDA VIEIRA

INTELIGÊNCIA PERICIAL NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS: Proposta de diretrizes institucionais para gestão estratégica da informação e implementação de sensores humanos de inteligência

GOIÂNIA – GO

2026



NUBIA MIRANDA VIEIRA

INTELIGÊNCIA PERICIAL NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS: Proposta de diretrizes institucionais para gestão estratégica da informação e implementação de sensores humanos de inteligência

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, sob a orientação do(a) Prof(a).Dr Davi Rodrigues Silva.

GOIÂNIA – GO

2026

INTELIGÊNCIA PERICIAL NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS: Proposta de diretrizes institucionais para gestão estratégica da informação e implementação de sensores humanos de inteligência

Forensic Intelligence in the Goiás Scientific Police: A proposal for institutional guidelines regarding strategic information management and the implementation of human intelligence sensors

Esp. Nubia Miranda Vieira¹
Dr. Davi Rodrigues Silva²

Resumo: A crescente produção de informações técnico-científicas pela Polícia Científica evidencia a necessidade de mecanismos capazes de transformar dados periciais em conhecimento estratégico para subsidiar a gestão institucional e as políticas públicas de segurança. Este estudo teve como objetivo propor diretrizes institucionais para a implementação da Inteligência Pericial na Polícia Científica de Goiás, fundamentadas na gestão estratégica da informação e na criação dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP). Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem quali-quantitativa, natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de dados com 166 servidores da instituição. Os dados foram analisados por estatística descritiva e Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciaram elevado grau de concordância quanto ao potencial estratégico das informações periciais, com índices entre 88,0% e 100,0%. Os participantes reconheceram a importância da integração das informações, do uso de tecnologias analíticas e Inteligência Artificial, da valorização do conhecimento institucional e da participação ativa dos servidores na produção de inteligência estratégica. Conclui-se que a Polícia Científica de Goiás apresenta ambiente favorável à implementação gradual da Inteligência Pericial, fortalecendo a gestão da informação, a produção de conhecimento institucional e o aperfeiçoamento das ações de segurança pública.

Palavras-chave: Inteligência Pericial; Gestão do Conhecimento; Polícia Científica; Inteligência Organizacional; Segurança Pública.

¹ Perita Criminal, Graduada em Farmácia pela Universidade Federal de Alfenas, Especialista em Administração Pública e Inteligência Estratégica.

² Perito Criminal, Doutor em Engenharia de Materiais e Nanotecnologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-São Paulo.

Abstract: The increasing production of technical and scientific information by the Scientific Police highlights the need for mechanisms capable of transforming expert data into strategic knowledge to support institutional management and public security policies. This study aimed to propose institutional guidelines for the implementation of Forensic Intelligence in the Scientific Police of Goiás, based on strategic information management and the creation of Human Forensic Intelligence Sensors (SHIP). This is an applied research, with a qualitative-quantitative approach, exploratory and descriptive in nature, developed through bibliographic review, documentary research, and data collection with 166 employees of the institution. The data were analyzed using descriptive statistics and Bardin's Content Analysis. The results showed a high degree of agreement regarding the strategic potential of expert information, with rates between 88.0% and 100.0%. Participants recognized the importance of information integration, the use of analytical technologies and Artificial Intelligence, the valorization of institutional knowledge, and the active participation of employees in the production of strategic intelligence. It is concluded that the Scientific Police of Goiás presents a favorable environment for the gradual implementation of Forensic Intelligence, strengthening information management, the production of institutional knowledge, and the improvement of public security actions.

Keywords: Institutional Intelligence; Scientific Police; Knowledge Management; Expert Intelligence.

1 INTRODUÇÃO

A atividade de inteligência constitui instrumento essencial para a produção de conhecimento estratégico destinado ao assessoramento do processo decisório nas instituições estatais, especialmente na Segurança Pública. Segundo a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), trata-se de um processo sistemático de obtenção, análise, produção e difusão de conhecimentos voltados à prevenção e repressão da criminalidade, à preservação da ordem pública e ao fortalecimento institucional (BRASIL, 2021). Assim, a inteligência ultrapassa a simples coleta de informações, contribuindo para a formulação de estratégias, a redução de incertezas e o apoio à tomada de decisões.

Na Segurança Pública brasileira, a atividade de inteligência encontra-se consolidada nas polícias ostensivas e investigativas, enquanto a perícia oficial ainda apresenta participação limitada nas estruturas formais de inteligência. Na Polícia Científica do Estado de Goiás, a ausência de diretrizes específicas dificulta a integração das informações técnico-científicas produzidas pela instituição e sua utilização como conhecimento estratégico para a gestão e para o apoio à Segurança Pública. Paralelamente, os avanços das tecnologias da informação, da ciência de dados e da inteligência artificial ampliaram as possibilidades de integração e análise desses dados.

Diante desse cenário, a pesquisa buscou responder ao seguinte problema: é viável implantar diretrizes institucionais de inteligência aplicada à Polícia Científica do Estado de Goiás, apoiadas por tecnologias da informação e por Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP), capazes de transformar dados periciais em conhecimento estratégico para a gestão institucional e a Segurança Pública?

O objetivo geral consistiu em analisar a viabilidade dessa implantação. Especificamente, buscou-se: examinar os fundamentos teóricos e normativos da inteligência aplicada à Segurança Pública e à atividade pericial; diagnosticar o uso estratégico dos dados produzidos pela Polícia Científica; analisar o potencial das tecnologias da informação, da inteligência artificial e da integração de bases de dados; investigar a viabilidade de implantação dos SHIP nas unidades regionais; e propor diretrizes técnico-organizacionais para um modelo institucional de inteligência pericial.

A pesquisa justifica-se por sua contribuição científica para um campo ainda pouco explorado, pelo potencial de fortalecimento da gestão estratégica da informação na Polícia Científica de Goiás e pelos benefícios esperados para a tomada de decisão, a atividade investigativa e as políticas públicas de segurança. Sob a perspectiva econômica, a utilização estratégica das informações periciais contribui para otimizar recursos públicos, reduzir retrabalho e aumentar a eficiência administrativa.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa aplicada, de abordagem predominantemente qualitativa, complementada por dados quantitativos descritivos, com objetivos exploratórios e descritivos. Foram realizadas revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário estruturado aos servidores da Polícia Científica do Estado de Goiás. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva e as respostas discursivas pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016).

Por fim, o artigo está organizado em seis seções: introdução, revisão da literatura, metodologia, apresentação e discussão dos resultados e conclusão, na qual são apresentadas diretrizes institucionais para a implantação da Inteligência Pericial.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Evolução da atividade de inteligência

A atividade de inteligência constitui importante instrumento de assessoramento à tomada de decisão e à proteção dos interesses do Estado. Ao longo da evolução das organizações públicas, deixou de se restringir à coleta de informações para tornar-se um processo sistemático de produção de conhecimento destinado ao planejamento estratégico e ao apoio às decisões governamentais.

No Brasil, sua institucionalização consolidou-se com a criação do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), instituído pela Lei nº 9.883/1999, e, na Segurança Pública, pelo Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP). Conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), a inteligência compreende ações permanentes de obtenção, análise, produção e difusão de conhecimentos destinados ao assessoramento do processo decisório e à preservação da ordem pública (BRASIL, 2021).

Embora ainda seja frequentemente associada à investigação sigilosa, a concepção contemporânea reconhece a inteligência como instrumento de gestão estratégica, capaz de integrar informações, produzir conhecimento e fortalecer a governança institucional.

2.2 Inteligência aplicada à Segurança Pública

A crescente complexidade dos fenômenos criminais ampliou a importância da atividade de inteligência como instrumento de antecipação de riscos e apoio ao planejamento estratégico. Diferentemente da investigação criminal, voltada à produção de provas, a inteligência busca produzir conhecimentos que subsidiem decisões estratégicas, táticas e operacionais (BRASIL, 2021).

Esse processo desenvolve-se por meio do Ciclo de Inteligência, composto pelas etapas de planejamento, obtenção, processamento, análise e difusão. Heuer (1999) destaca a importância de métodos analíticos para reduzir vieses cognitivos, enquanto Lowenthal (2017) enfatiza a

transformação da informação em conhecimento útil ao processo decisório. Ratcliffe (2016) acrescenta que a análise criminal fortalece a inteligência ao identificar padrões e tendências delitivas.

Apesar desses avanços, persistem desafios relacionados à fragmentação das informações e à limitada interoperabilidade entre instituições. Na Polícia Científica, embora sejam produzidos grandes volumes de dados técnico-científicos, sua utilização permanece predominantemente voltada à finalidade probatória, evidenciando a necessidade de modelos capazes de convertê-los em conhecimento estratégico.

2.3 Gestão do Conhecimento como fundamento da Inteligência Institucional

A crescente produção de informações nas organizações contemporâneas tornou a gestão do conhecimento um dos principais fundamentos da inteligência institucional. Em ambientes intensivos em informação, o diferencial organizacional deixou de depender apenas da disponibilidade de dados, passando a relacionar-se à capacidade de organizá-los, compartilhá-los e convertê-los em conhecimento útil ao processo decisório.

Davenport e Prusak (1998) distinguem dados, informações e conhecimento ao afirmarem que os dados representam registros objetivos de fatos; quando organizados e contextualizados transformam-se em informação; e, associados à experiência e à interpretação humana, convertem-se em conhecimento. Nessa perspectiva, o valor estratégico das organizações reside na capacidade de transformar informações dispersas em conhecimento compartilhado e reutilizável. Em uma sociedade em rede, caracterizada pela intensa circulação de informações, a integração entre pessoas, processos e sistemas torna-se condição essencial para a produção de conhecimento organizacional (CASTELLS, 1999).

Segundo Stanger (2009), a produção de conhecimento estratégico nas organizações policiais depende da integração entre gestão do conhecimento, planejamento institucional e atividade de inteligência, permitindo transformar conhecimentos dispersos em patrimônio institucional permanente. Neste mesmo contexto, destaca-se a teoria de Nonaka e Takeuchi (1997), segundo a qual o conhecimento organizacional é produzido pela interação contínua entre conhecimentos tácitos, oriundos da experiência individual, e conhecimentos explícitos, registrados em documentos, normas e sistemas institucionais.

Na Polícia Científica, essa abordagem apresenta elevada aderência, uma vez que grande parte do conhecimento produzido decorre da experiência acumulada por peritos criminais, médicos-legistas e demais profissionais durante exames periciais e análises de vestígios. Entretanto, parcela significativa desse conhecimento permanece dispersa entre servidores e unidades, limitando sua disseminação e utilização para fins estratégicos.

Nesse contexto, a proposta dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP) fundamenta-se nos princípios da gestão do conhecimento ao estruturar uma rede colaborativa destinada a identificar, sistematizar e compartilhar conhecimentos distribuídos pela organização, convertendo-os em produtos de inteligência capazes de apoiar a gestão estratégica e fortalecer a atuação institucional.

2.4 Inteligência coletiva e capilaridade do conhecimento

A literatura contemporânea demonstra que a produção do conhecimento organizacional não ocorre exclusivamente em unidades especializadas ou nos níveis hierárquicos superiores, mas de forma distribuída entre indivíduos e equipes. Nesse contexto, Lévy (1998) desenvolveu o conceito de Inteligência Coletiva, definida como uma inteligência distribuída, continuamente valorizada e coordenada em tempo real, resultante da mobilização das competências individuais. Para o autor, nenhum setor detém isoladamente todo o conhecimento necessário para enfrentar problemas complexos, sendo a integração dos diferentes saberes o principal fator de fortalecimento institucional.

Aplicada à Segurança Pública, essa perspectiva evidencia que a produção de conhecimento estratégico depende da capacidade institucional de identificar, captar e integrar informações produzidas durante a atuação cotidiana dos seus profissionais. Nesse sentido, Maraschin (2023), ao estudar a atividade de inteligência na Polícia Rodoviária Federal, identifica os policiais operacionais como sensores humanos de inteligência, capazes de reconhecer alterações do ambiente, registrar informações relevantes e subsidiar o ciclo de inteligência. A autora demonstra que a efetividade desse modelo está diretamente relacionada à capacitação dos servidores para identificar e compartilhar informações estrategicamente relevantes.

Com base nesses fundamentos, a presente pesquisa propõe a adaptação desse conceito à realidade da Polícia Científica por meio dos **Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP)**.

Diferentemente da aplicação descrita por Maraschin (2023), voltada ao contexto operacional da Polícia Rodoviária Federal, os SHIP destinam-se à captação e disseminação do conhecimento técnico-científico produzido nas diversas unidades periciais, ampliando a capilaridade da inteligência institucional sem substituir o papel da Agência-Central de Inteligência. Dessa forma, busca-se transformar informações e experiências distribuídas pela organização em conhecimento estratégico para assessoramento da gestão e fortalecimento da Segurança Pública.

2.5 Governança da Informação, Interoperabilidade Institucional e Tecnologias aplicadas à Inteligência Pericial

A produção de conhecimento estratégico depende não apenas da existência de dados, mas também de mecanismos institucionais capazes de assegurar sua qualidade, disponibilidade, compartilhamento e utilização de forma coordenada. Nesse contexto, a governança da informação compreende o conjunto de políticas, processos, responsabilidades e tecnologias voltados à gestão dos ativos informacionais, de modo a apoiar os objetivos estratégicos da organização (KHATRI; BROWN, 2010).

Associada à governança, a interoperabilidade institucional corresponde à capacidade de diferentes sistemas, setores e organizações compartilharem informações de forma padronizada, segura e eficiente, permitindo integrar conhecimentos produzidos em diferentes ambientes e fortalecendo o processo decisório. Na Segurança Pública, essa integração reduz a fragmentação das informações, evita duplicidade de esforços e amplia a produção de inteligência institucional.

A transformação digital ampliou significativamente esse processo ao incorporar tecnologias capazes de integrar bases de dados, automatizar análises e apoiar decisões baseadas em evidências. Ferramentas como Business Intelligence (BI), inteligência artificial, ciência de dados e análise preditiva potencializam a identificação de padrões, tendências e riscos, fortalecendo a produção do conhecimento estratégico nas instituições de Segurança Pública. Como observa Castells (1999), a sociedade em rede caracteriza-se pela centralidade dos fluxos de informação e pela capacidade de transformá-los em conhecimento organizacional.

Na Polícia Científica, onde são produzidos diariamente grandes volumes de informações técnico-científicas, a integração entre governança da informação, interoperabilidade institucional, tecnologias da informação e os Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP) constitui

elemento essencial para converter dados periciais em inteligência estratégica. Assim, as tecnologias não representam um fim em si mesmas, mas instrumentos de fortalecimento da inteligência institucional, ampliando a capacidade de assessoramento da gestão, do apoio investigativo e da formulação de políticas públicas de segurança.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo (GIL, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2021). Seu objetivo consistiu em analisar a gestão estratégica da informação pericial na Polícia Científica do Estado de Goiás e propor diretrizes institucionais para implementação da Inteligência Pericial, apoiada por tecnologias da informação e Sensores Humanos de Inteligência Pericial.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados mediante aplicação de questionário eletrônico. A revisão bibliográfica contemplou livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados à inteligência institucional, análise criminal, gestão da informação, gestão do conhecimento, inteligência coletiva, governança da informação, ciência de dados e atividade pericial oficial.

A análise documental compreendeu legislações, doutrinas, portarias, regulamentos e documentos institucionais relacionados à atividade de inteligência, à estrutura organizacional e aos mecanismos de gestão da informação existentes na Polícia Científica do Estado de Goiás (GIL, 2008).

3.1 População e amostra

A população da pesquisa foi composta por servidores policiais da Polícia Científica do Estado de Goiás, incluindo peritos criminais, médicos-legistas, auxiliares de autópsia e fotógrafo criminalístico. A amostra foi não probabilística, por conveniência e adesão voluntária, formada pelos servidores que aceitaram participar do estudo. O questionário foi encaminhado diretamente a aproximadamente 100 servidores e divulgado no grupo de gestores das unidades regionais e grupo das turmas Bravo e Charlie do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública

(CEGES-2026), ampliando seu alcance. Ao término da coleta, foram obtidas **166 respostas** de servidores com atuação em unidades centrais, regionais e postos avançados distribuídos pelo Estado de Goiás.

3.2 Instrumento e procedimento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, elaborado e disponibilizado na plataforma *Google Forms*, contendo questões fechadas e abertas destinadas a avaliar o conhecimento dos participantes sobre a atividade de inteligência, a utilização estratégica dos dados periciais, os desafios da gestão da informação institucional, a aplicação de tecnologias da informação e a viabilidade de implantação dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP). O questionário permaneceu disponível **entre 7 e 19 de julho de 2026** e foi divulgado por meio de *link* eletrônico encaminhado diretamente aos servidores e compartilhado nos grupos institucionais anteriormente mencionados. A participação foi voluntária e anônima, sendo consideradas apenas as respostas dos servidores das carreiras abrangidas pela pesquisa registradas durante o período de coleta, sem restrições quanto à unidade de lotação, tempo de serviço, função de gestão ou área de atuação.

3.3 Tratamento e análise dos dados

Os dados das questões fechadas foram analisados por meio de estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e relativas e apresentação dos resultados em tabelas e gráficos. As respostas às questões abertas foram submetidas à análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), mediante leitura, identificação de unidades de sentido e agrupamento em categorias temáticas relacionadas ao objeto da pesquisa.

3.4 Limitação da pesquisa

Como limitações da pesquisa, destaca-se a ausência de informações sobre o perfil profissional dos respondentes, o que impossibilitou análises comparativas por cargo, unidade, região, tempo de serviço ou função exercida, restringindo a interpretação dos resultados à

percepção agregada dos participantes. Também constitui limitação a utilização de amostra não probabilística por conveniência e autoseleção, o que recomenda cautela na generalização dos achados. Ainda assim, a participação de 166 servidores, provenientes de diferentes unidades da Polícia Científica do Estado de Goiás, conferiu diversidade de percepções e permitiu identificar tendências institucionais relevantes para os objetivos do estudo.

3.5 Produto técnico proposto

Como resultado aplicado desta pesquisa, será elaborado um **Modelo Institucional de Inteligência Pericial** para a Polícia Científica do Estado de Goiás, fundamentado na literatura científica, na análise documental da estrutura organizacional vigente e nos resultados da pesquisa de campo.

O produto consistirá em uma proposta de diretrizes para implantação da inteligência institucional voltada à gestão estratégica da informação pericial, contemplando a estruturação dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP), recomendações para fortalecimento da Agência-Central e integração entre governança da informação, tecnologias da informação e ciência de dados, com o objetivo de ampliar a produção de conhecimento estratégico para apoio à gestão institucional e à Segurança Pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa contou com a participação de **166 servidores policiais** da Polícia Científica de Goiás, provenientes de diferentes unidades e áreas de atuação pericial. As respostas às questões fechadas foram submetidas à análise estatística descritiva e as discursivas à Análise de Conteúdo de Bardin (2016). De modo geral, os resultados evidenciaram elevado consenso entre os participantes, com médias entre 4,48 e 4,96 e índices de concordância de 88,0% a 100%, indicando ambiente institucional favorável à implementação da Inteligência Pericial. Sob a perspectiva da gestão do conhecimento, esse resultado reforça o reconhecimento dos dados periciais como ativos estratégicos para a gestão institucional, extrapolando sua função probatória (Davenport; Prusak, 1998).

Tabela 1 – Síntese das respostas dos participantes às questões fechadas (n = 166).

Questão	Média	DP	Concordância (%)
1. Potencial estratégico dos dados	4,96	0,20	100,0
2. Gestão da informação	4,96	0,23	99,4
3. Uso institucional	4,86	0,45	98,2
4. Inteligência institucional	4,86	0,47	97,6
5. Compartilhamento	4,87	0,38	98,2
6. SHIP	4,67	0,74	92,2
7. Capacitação	4,83	0,52	97,6
8. IA e integração	4,86	0,37	99,4
9. Apoio à gestão	4,86	0,39	98,8
10. Capilaridade	4,79	0,53	98,8
11. Viabilidade	4,59	0,76	91,0
12. Interesse em participar	4,48	0,81	88,0

Fonte: Elaborado pelos autores

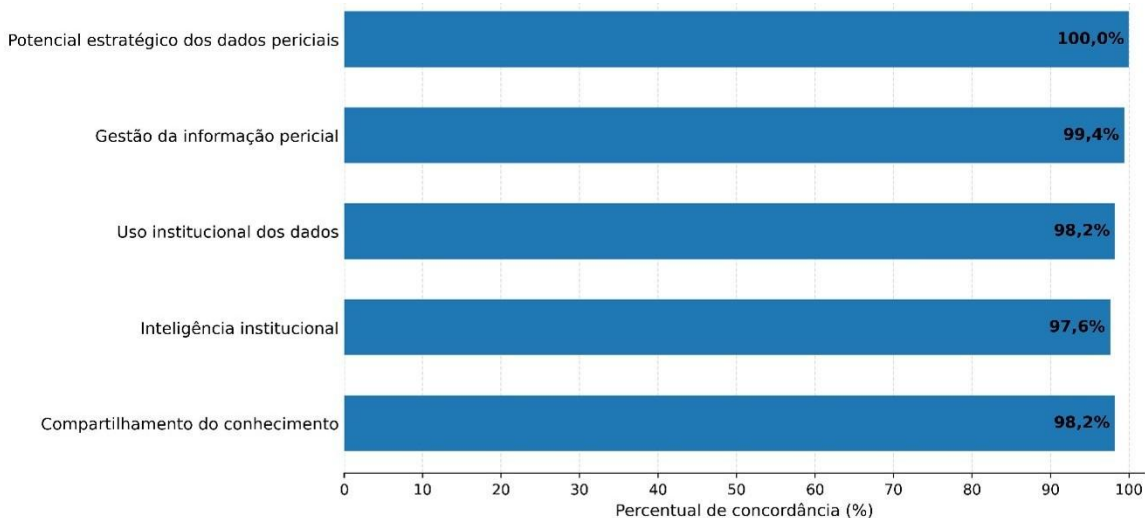
A Tabela 1 apresenta as médias, desvios-padrão e percentuais de concordância das doze questões analisadas. Todas as médias permaneceram acima de 4,4, evidenciando elevado grau de concordância e reduzida dispersão das respostas. Esse padrão sugere ambiente organizacional favorável à implementação da Inteligência Pericial, condição relevante para processos de inovação na administração pública (Choo, 2006).

4.1 Percepção dos servidores sobre o potencial estratégico da Inteligência Pericial

O primeiro eixo investigou a percepção dos participantes acerca do potencial estratégico das informações produzidas pela atividade pericial. A questão referente ao potencial estratégico dos dados alcançou 100% de concordância, enquanto gestão da informação, utilização institucional dos dados e compartilhamento do conhecimento obtiveram índices superiores a 97%, evidenciando forte consenso entre os respondentes.

Os resultados demonstram que os profissionais reconhecem que as informações periciais extrapolam a elaboração de laudos, podendo subsidiar planejamento institucional, gestão organizacional e políticas públicas. Essa percepção converge com Choo (2006), segundo o qual organizações públicas tornam-se mais eficientes ao transformar dados operacionais em conhecimento institucional. Assim, a Inteligência Pericial amplia o alcance estratégico da atividade pericial sem substituir sua finalidade probatória.

Gráfico 1 – Percepção dos servidores sobre o potencial estratégico da Inteligência Pericial.



Nota: concordância = soma das respostas “concordo parcialmente” e “concordo totalmente” (n=166)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O gráfico 1 sintetiza os elevados percentuais de concordância observados nas cinco primeiras questões do questionário. Esses resultados dialogam com o modelo de *Intelligence-Led Policing* (Carter, 2009; Ratcliffe, 2016), ao evidenciar que as informações produzidas pela Polícia Científica podem subsidiar decisões estratégicas e fortalecer a gestão institucional. Em conjunto, os resultados confirmam ampla percepção acerca do valor estratégico das informações periciais e reforçam a hipótese central desta pesquisa.

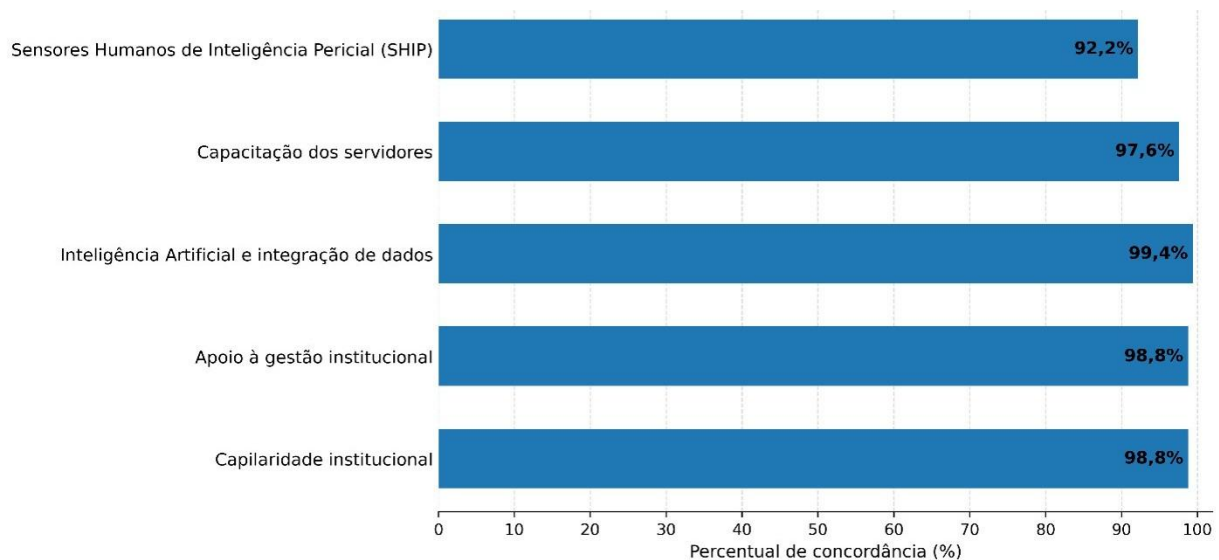
4.2 Tecnologias, Inteligência Artificial e Sensores Humanos de Inteligência Pericial

O segundo eixo avaliou a percepção sobre tecnologias analíticas, Inteligência Artificial e Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP). A integração de dados e o uso de Inteligência Artificial alcançaram 99,4% de concordância, enquanto o fortalecimento da gestão institucional e da capilaridade obtiveram 98,8%. A proposta dos SHIP apresentou concordância superior a 92%, indicando ampla receptividade institucional.

Esses resultados sugerem que os servidores reconhecem que a transformação digital da Polícia Científica depende da integração entre recursos tecnológicos e conhecimento especializado. Trata-se de uma percepção alinhada às discussões contemporâneas sobre Inteligência

Organizacional, nas quais sistemas computacionais são compreendidos como instrumentos de apoio à análise de grandes volumes de dados, sem substituir a capacidade interpretativa dos especialistas.

Gráfico 2 – Percepção dos servidores sobre tecnologia, capacitação e Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP).



Nota: concordância = soma das respostas “concordo parcialmente” e “concordo totalmente” (n=166)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O gráfico 2 evidencia que os participantes atribuem elevada importância tanto ao investimento em tecnologias quanto à valorização do capital humano. Dessa forma, a proposta apresentada fundamenta-se na integração entre pessoas, processos e informação, aproximando-se dos princípios da gestão do conhecimento e da inteligência organizacional. Essa característica aproxima o modelo dos princípios da gestão do conhecimento e da inteligência organizacional, conferindo-lhe potencial para fortalecer a capacidade analítica da Polícia Científica de Goiás e ampliar sua contribuição para a gestão estratégica da segurança pública.

4.3 Viabilidade de implantação do modelo de Inteligência Pericial

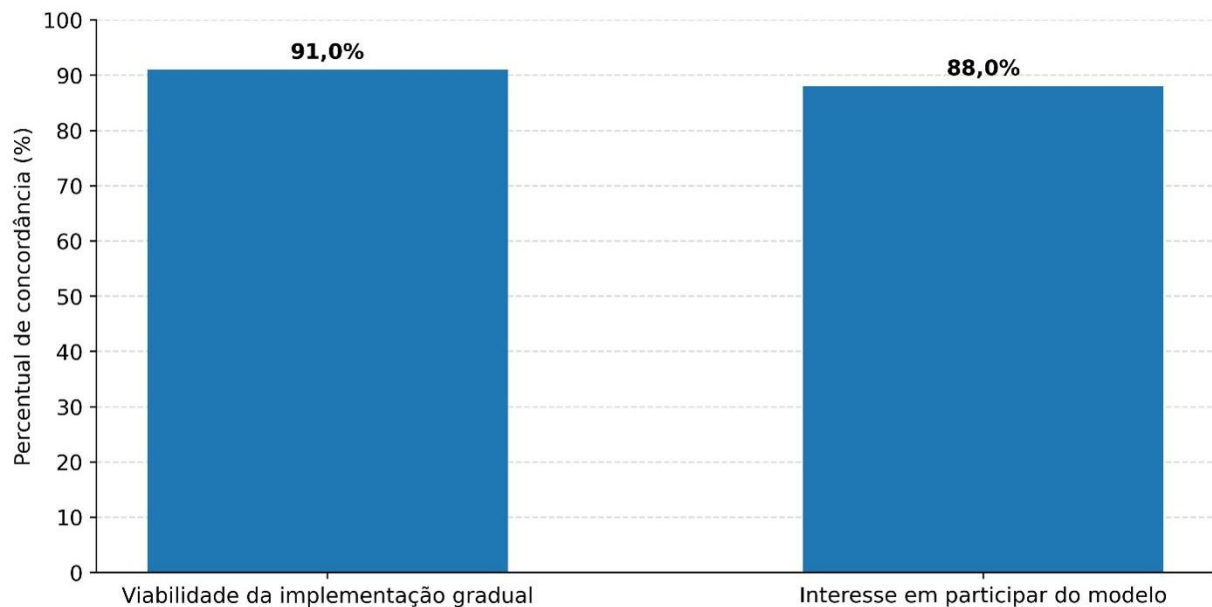
O terceiro eixo investigou a percepção acerca da viabilidade de implantação do modelo proposto. A implementação gradual obteve 91,0% de concordância e 88,0% dos participantes manifestaram interesse em participar diretamente da iniciativa, indicando elevada aceitação

institucional. Embora ligeiramente inferiores aos índices observados nas dimensões anteriores, esses resultados refletem cautela quanto aos desafios inerentes à implementação, como infraestrutura, capacitação e recursos, e não resistência ao modelo. Assim, os participantes reconhecem a viabilidade da proposta, desde que implantada de forma gradual, planejada e alinhada às necessidades institucionais.

Sob essa perspectiva, os resultados observados não representam resistência institucional, mas sim uma percepção realista acerca dos desafios inerentes à implementação de processos inovadores na administração pública. Conforme destacam Davenport e Prusak (1998), iniciativas voltadas à gestão do conhecimento dependem não apenas da disponibilidade tecnológica, mas principalmente da construção gradual de uma cultura organizacional favorável ao compartilhamento de informações.

Esse aspecto reforça a possibilidade de implantação por etapas, iniciando-se com projetos-piloto, capacitação de equipes e desenvolvimento de protocolos específicos para gestão da informação pericial. Além disso, o interesse manifestado pelos participantes em colaborar diretamente com a proposta revela elevado grau de comprometimento institucional. Esse resultado sugere que os servidores não desejam ocupar posição meramente passiva diante do processo de inovação, mas atuar como agentes de transformação organizacional.

Gráfico 3 – Viabilidade de implantação e adesão ao modelo de Inteligência Pericial.



Nota: concordância = soma das respostas “concordo parcialmente” e “concordo totalmente” (n=166)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O gráfico 3 demonstra elevada confiança na implantação gradual da Inteligência Pericial e interesse em contribuir para sua consolidação. Os resultados indicam que o principal desafio não reside na aceitação dos servidores, mas na definição de políticas institucionais capazes de organizar e integrar o conhecimento produzido pela atividade pericial.

Esse cenário aproxima-se do conceito de organizações aprendentes descrito por Choo (2006), segundo o qual instituições capazes de aprender continuamente com suas próprias experiências tornam-se mais adaptáveis, eficientes e inovadoras. Assim, a elevada aceitação observada nesta pesquisa constitui importante indicador de maturidade organizacional para o desenvolvimento da Inteligência Pericial.

4.4 Análise qualitativa das respostas abertas

Além das questões objetivas, o questionário contemplou perguntas discursivas destinadas a identificar sugestões, expectativas e percepções dos participantes acerca da implantação da Inteligência Pericial na Polícia Científica de Goiás. As respostas foram analisadas segundo a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias temáticas recorrentes.

As respostas abertas convergiram com os resultados quantitativos, destacando a necessidade de integrar informações produzidas pelas diferentes unidades, ampliar o compartilhamento do conhecimento institucional, utilizar tecnologias analíticas e fortalecer mecanismos permanentes de Inteligência Pericial.

Os participantes também enfatizaram a valorização da experiência profissional como importante fonte de conhecimento institucional. Nesse contexto, a proposta dos SHIP apresenta-se como mecanismo para sistematizar esse conhecimento e transformá-lo em inteligência organizacional estruturada.

Esses resultados dialogam com o modelo de criação do conhecimento organizacional de Nonaka e Takeuchi (1997), segundo o qual o conhecimento tácito dos profissionais deve ser convertido em conhecimento institucional. Nesse contexto, a proposta dos Sensores Humanos de

Inteligência Pericial (SHIP) busca transformar a experiência dos servidores em conhecimento organizacional estruturado, fortalecendo a capacidade analítica da Polícia Científica.

Quadro 1 – Categorias temáticas identificadas na análise das respostas abertas.

Categoria temática	Principais evidências observadas nas respostas	Interpretação
Integração das informações periciais	Necessidade de reunir informações produzidas pelas diferentes unidades da Polícia Científica em um sistema integrado.	Demonstra a percepção de que a integração dos dados fortalece a inteligência institucional e reduz a fragmentação das informações.
Apoio à tomada de decisão	Utilização das informações produzidas pela perícia para subsidiar decisões estratégicas, operacionais e administrativas.	Evidencia que os servidores reconhecem o potencial da Inteligência Pericial como ferramenta de gestão baseada em evidências.
Capacitação e cultura organizacional	Necessidade de treinamento, padronização de procedimentos e sensibilização dos servidores.	Indica que a implantação do modelo depende não apenas de tecnologia, mas também do desenvolvimento de competências institucionais.
Uso de tecnologias e Inteligência Artificial	Aplicação de IA, mineração de dados, painéis gerenciais e automação para análise das informações.	Revela elevada expectativa quanto ao emprego de tecnologias para ampliar a eficiência e a capacidade analítica da instituição.
Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP)	Participação ativa dos servidores na coleta, validação e compartilhamento de informações relevantes.	Reforça a viabilidade do modelo proposto, evidenciando que os profissionais são reconhecidos como atores estratégicos na produção de inteligência.
Fortalecimento institucional	Melhoria da gestão, apoio às políticas públicas, prevenção criminal e aumento da eficiência organizacional.	As respostas convergem para a percepção de que a Inteligência Pericial pode contribuir para o aprimoramento institucional e para a segurança pública.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Conforme sintetizado no Quadro 1, seis categorias principais emergiram da análise qualitativa: integração das informações periciais, apoio à tomada de decisão, fortalecimento da cultura organizacional, utilização de tecnologias analíticas e Inteligência Artificial, implantação dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial e fortalecimento institucional.

As categorias identificadas apresentaram elevada coerência com os resultados quantitativos, reforçando a consistência metodológica da pesquisa e evidenciando uma compreensão integrada da Inteligência Pericial como processo que articula tecnologia, pessoas, gestão do conhecimento e inovação organizacional.

4.5 Discussão integrada dos resultados

A análise integrada dos resultados evidencia forte convergência entre as dimensões quantitativa e qualitativa, indicando que os servidores reconhecem o potencial estratégico das informações produzidas pela Polícia Científica e a viabilidade da proposta de Inteligência Pericial.

Os achados reforçam a necessidade de transformar informações atualmente dispersas em inteligência institucional estruturada, por meio da integração entre gestão do conhecimento, tecnologia e processos organizacionais. Nesse contexto, os SHIP representam mecanismo de valorização do conhecimento produzido pelos próprios servidores, tendo a tecnologia como elemento de apoio à produção de inteligência.

Por fim, os resultados corroboram a hipótese central da pesquisa ao demonstrar ambiente organizacional favorável à implementação da Inteligência Pericial na Polícia Científica de Goiás, com potencial para fortalecer a gestão estratégica da informação, ampliar a integração entre unidades e aperfeiçoar o apoio institucional à segurança pública baseada na produção, compartilhamento e utilização do conhecimento científico como instrumento de apoio à segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu compreender que a Inteligência Pericial representa uma oportunidade concreta para ampliar o papel estratégico da Polícia Científica de Goiás, transformando as informações produzidas pela atividade pericial em conhecimento institucional capaz de subsidiar a tomada de decisão, o planejamento organizacional e a formulação de políticas públicas de segurança. Ao longo do estudo, verificou-se que os vestígios e dados produzidos diariamente pela instituição possuem potencial que ultrapassa sua finalidade probatória tradicional, constituindo importante ativo informacional para a gestão pública.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em propor diretrizes institucionais para a implementação da Inteligência Pericial na Polícia Científica de Goiás, fundamentadas na gestão estratégica da informação e na criação dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP). Os resultados obtidos demonstram que esse objetivo foi alcançado, uma vez que a revisão da literatura possibilitou construir o referencial teórico da proposta, enquanto a pesquisa de campo evidenciou elevada aceitação institucional quanto à sua viabilidade.

Os resultados quantitativos revelaram elevado grau de concordância entre os participantes em todas as dimensões investigadas, especialmente quanto ao potencial estratégico das informações periciais, à importância da integração dos dados produzidos pela instituição, ao emprego de tecnologias analíticas e Inteligência Artificial e à participação ativa dos servidores na

produção de inteligência institucional. Complementarmente, a análise qualitativa confirmou essas percepções ao identificar categorias relacionadas à integração da informação, gestão do conhecimento, fortalecimento institucional, inovação organizacional e valorização do capital intelectual.

Um dos principais aprendizados proporcionados por esta pesquisa foi compreender que a implementação da Inteligência Pericial não depende exclusivamente da aquisição de novas tecnologias. Os resultados indicam que seu sucesso está diretamente relacionado à capacidade institucional de integrar pessoas, processos e informações, valorizando o conhecimento produzido pelos próprios servidores. Nesse contexto, a proposta dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP) constitui uma contribuição original deste trabalho, ao reconhecer o capital intelectual dos profissionais como elemento central para a produção de inteligência estratégica.

A pesquisa também permitiu identificar que, embora exista um referencial teórico consolidado sobre gestão do conhecimento, inteligência organizacional e segurança pública, ainda permanecem desafios significativos para a efetiva incorporação desses conceitos à realidade das instituições periciais. Observou-se que grande parte das dificuldades não decorre da inexistência de instrumentos normativos ou de diretrizes gerais, mas da ausência de mecanismos institucionais capazes de integrar, sistematizar e utilizar estrategicamente o conhecimento produzido no cotidiano da atividade pericial. Essa constatação aproxima-se das discussões contemporâneas sobre gestão pública, segundo as quais a efetividade das políticas institucionais depende menos da elaboração de novas normas e mais da capacidade organizacional de implementá-las de forma contínua, integrada e orientada por evidências.

Sob a perspectiva da Segurança Pública, acredita-se que as diretrizes propostas neste estudo possam contribuir para fortalecer a gestão estratégica da Polícia Científica de Goiás, favorecendo a produção de conhecimento institucional, o aprimoramento da tomada de decisão e o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Embora elaborada a partir da realidade da Polícia Científica de Goiás, a proposta possui potencial para subsidiar discussões em outras instituições oficiais de perícia criminal do país.

Como limitações da pesquisa, destaca-se que o estudo foi desenvolvido em uma única instituição e baseou-se na percepção dos servidores, não contemplando a implementação prática do modelo proposto. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam projetos-piloto para validação operacional dos Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP), bem como avaliem

indicadores de desempenho, modelos de Inteligência Artificial aplicados à análise integrada de dados periciais e estudos comparativos envolvendo outras Polícias Científicas brasileiras.

Conclui-se, portanto, que a Inteligência Pericial constitui uma evolução da própria atividade pericial, ao integrar ciência, tecnologia, gestão do conhecimento e capital humano em um modelo capaz de fortalecer a produção de inteligência institucional e ampliar a contribuição da Polícia Científica para a segurança pública baseada em evidências.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 dez. 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP)**. 4. ed. Brasília: SENASP, 2021.

CARTER, David L. Law enforcement intelligence: a guide for state, local, and tribal law enforcement agencies. 2. ed. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Científica. **Portaria SPTC nº 181, de 2025**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Polícia Científica do Estado de Goiás.

HEUER JR., Richards J. **Psychology of Intelligence Analysis**. Washington: Center for the Study of Intelligence, Central Intelligence Agency, 1999.

KHATRI, Vijay; BROWN, Carol V. Designing data governance. *Communications of the ACM*, New York, v. 53, n. 1, p. 148–152, 2010.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LOWENTHAL, Mark M. **Intelligence: from secrets to policy**. 7. ed. Thousand Oaks: CQ Press, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARASCHIN, F.G.D.O. **A importância da capacitação profissional dos policiais rodoviários federais, na área de inteligência, para aumento da segurança na fronteira oeste do Estado do Paraná**. Revista (RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 299-318, abril 2023.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, Rodrigo Victor de; BARCELLOS, Wagner. **Integração entre Perícia Criminal e Inteligência Estratégica: a governança multinível no combate ao crime organizado**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2026. Trabalho de Especialização.

RATCLIFFE, Jerry H. **Intelligence-led policing**. 2. ed. London: Routledge, 2016.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial Intelligence: A Modern Approach**. 4. ed. Hoboken: Pearson, 2022.

SANTOS, José Vitor de Araújo. **Integração entre Inteligência Coletiva e Gestão do Conhecimento: uma proposta para organizações policiais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Dissertação (Mestrado).

STANGER, Andreia Cristiane. **Metodologia baseada em projetos para gestão da inteligência policial**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento).

THE DAMA GUIDE TO THE DATA MANAGEMENT BODY OF KNOWLEDGE (DAMA-DMBOK2). 2. ed. Basking Ridge: Technics Publications, 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

APÊNDICES

Referência: Processo nº 202600016019095

Interessado(a): SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Assunto: Solicitação. Autorização de Pesquisa. CEGESP.

DESPACHO Nº 1468/2026/SSP/SPTC-02891

Trata-se do Ofício n. 15.703/2026–SSP (evento SEI n. [91456340](#)), no qual a Perita Criminal de 2ª Classe Nubia Miranda Vieira solicita autorização para a realização da pesquisa intitulada "INTELIGÊNCIA PERICIAL NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS: Proposta de diretrizes institucionais para gestão estratégica da informação e implementação de sensores humanos de inteligência".

Conforme se depreende dos autos, o pleito encontra-se devidamente instruído com o Projeto de Pesquisa (evento SEI n. [91458624](#)), Termo de Autorização para Realização de Pesquisa Científica (evento SEI n. [91470263](#)), Termo de Compromisso e Sigilo (evento SEI n. [91470341](#)), Termo de Anuência para Realização de Pesquisa (evento SEI n. [91470468](#)), Declaração de Isenção de Ônus Financeiro (evento SEI n. [91470619](#)) e Questionário Estruturado (evento SEI n. [91507609](#)), atendendo aos requisitos formais da Portaria n. 111/2025.

Ademais, constam as manifestações favoráveis da Escola da Polícia Científica, via Despacho n. 310/2026–SSP/EPCI (evento SEI n. [91505756](#)), e do Núcleo de Inteligência – NI, por meio do Despacho n. 178/2026–SSP/NÚCLEO DE INTELIGÊNC (evento SEI n. [91576049](#)), as quais atestam a conveniência e a viabilidade institucional da pesquisa proposta.

Nesse sentido, esta Polícia Científica **defer**e o pedido de autorização para a realização da referida pesquisa, ressaltando a obrigatoriedade de observância rigorosa às ressalvas exaradas pelo NI, em especial quanto à proteção de dados sensíveis e do anonimato, elaboração de anexo de acesso restrito para a pormenorização do diagnóstico institucional e submissão prévia da versão final do trabalho à referida unidade antes de sua apresentação ou divulgação.

Ante o exposto, a Polícia Científica do Estado de Goiás **retorna** os presentes autos à interessada, para ciência e demais providências pertinentes. Na sequência, **encaminha** os autos à Escola da Polícia Científica – EPCI, para conhecimento e acompanhamento.

Goiânia/GO, 10 de junho de 2026.

PC MARIANA FLAVIA DA MOTA

Delegação de Competência

Portaria n. 002/2024 (Evento SEI n. [55274268](#))

TCLE

A presente pesquisa possui finalidade exclusivamente científica e objetiva de analisar a viabilidade da implantação de diretrizes institucionais estruturadas de inteligência aplicada à Polícia Científica do Estado de Goiás, apoiadas por tecnologias da informação e Sensores Humanos de Inteligência Pericial, visando à transformação dos dados produzidos pela perícia oficial em conhecimento estratégico voltado ao apoio investigativo, à gestão institucional e à Segurança Pública.

Sua participação é voluntária, anônima e sigilosa, não havendo necessidade de identificação pessoal.

As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e estatísticos.

Ao prosseguir com o preenchimento deste formulário, você declara estar ciente e concordar com sua participação na pesquisa.

Você concorda em participar da pesquisa?

SIM

NÃO

QUESTIONÁRIO

1. Potencial estratégico dos dados periciais

Os dados produzidos pela Polícia Científica possuem potencial para subsidiar decisões estratégicas relacionadas à Segurança Pública. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

2. Gestão da informação

A integração das informações produzidas pelos diversos setores da Polícia Científica poderia ampliar a produção de conhecimento institucional. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

3. Uso institucional dos dados

Os dados periciais atualmente produzidos possuem potencial para utilização além da persecução penal, contribuindo para planejamento institucional e formulação de políticas públicas. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente Estado de

4. Inteligência institucional

A implantação de diretrizes institucionais de inteligência pode contribuir para fortalecer a gestão estratégica da Polícia Científica. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

5. Compartilhamento de conhecimento

O compartilhamento estruturado de informações entre unidades regionais poderia favorecer a produção de conhecimento institucional. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

6. Sensores Humanos de Inteligência Pericial (SHIP)

A existência de servidores capacitados para atuar como pontos focais de observação e compartilhamento de informações estratégicas pode fortalecer a inteligência institucional. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

7. Capacitação

A oferta de capacitações em inteligência institucional e gestão da informação seria benéfica para os servidores da Polícia Científica. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

8. Inovação tecnológica

Ferramentas de análise de dados, inteligência artificial e integração de sistemas podem auxiliar a transformação de dados periciais em conhecimento estratégico. Estado de Goiás Secretaria da Segurança Pública Superintendência de Polícia Técnico-Científica Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

9. Apoio à gestão

A produção de relatórios estratégicos baseados em dados periciais pode contribuir para a tomada de decisão dos gestores institucionais. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

10. Capilaridade institucional

A participação de servidores distribuídos nas regionais pode ampliar a capacidade institucional de identificar tendências e fenômenos relevantes para a Segurança Pública. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

11. Viabilidade

Considero viável a implementação gradual de um modelo de inteligência pericial na Polícia Científica de Goiás. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

12. Interesse institucional

Eu participaria voluntariamente de ações de capacitação relacionadas à inteligência pericial, gestão da informação e produção de conhecimento estratégico. Discordo totalmente Discordo parcialmente Nem concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

13. Em sua opinião, quais são as principais oportunidades para ampliar o uso estratégico dos dados periciais na Polícia Científica?

14. Quais sugestões você apresentaria para fortalecer a produção de conhecimento institucional na Polícia Científica de Goiás? Goiânia, 07 de junho de 2026 Assinatura do Pesquisador Responsável